



Conselho da
União Europeia

**Bruxelas, 21 de agosto de 2023
(OR. en)**

12373/23

**COASI 154
ASIE 77
CFSP/PESC 1157
PE 97
WTO 126
COHOM 179
ECOFIN 826
MACAO 1**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	18 de agosto de 2023
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2023) 29 final
Assunto:	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Região Administrativa Especial de Macau – Relatório anual 2022

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2023) 29 final.

Anexo: JOIN(2023) 29 final



ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 18.8.2023
JOIN(2023) 29 final

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

Região Administrativa Especial de Macau

Relatório anual 2022

RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

RELATÓRIO ANUAL 2022

Resumo

Desde a transferência da soberania de Macau para a República Popular da China, em 1999, a União Europeia e os Estados-Membros têm acompanhado de perto a evolução política e económica na Região Administrativa Especial de Macau (RAE) de acordo com o princípio «um país, dois sistemas». A UE apoia este princípio e a respetiva aplicação nos termos da Lei Básica, que visa assegurar que o modo de vida, o Estado de direito e a proteção dos direitos e liberdades fundamentais em Macau se mantenham inalterados até 2049.

O presente relatório anual, que abrange o ano de 2022, é elaborado em conformidade com o compromisso assumido perante o Parlamento Europeu em 1999.

A integração de Macau no plano de desenvolvimento nacional acelerou em 2022. O Governo procedeu à alteração da Lei sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional, potencialmente comprometendo as liberdades políticas e fundamentais consagradas na Lei Básica. Em 15 de dezembro, a Assembleia Legislativa adotou por unanimidade a proposta de lei em primeira leitura.

A erosão do elevado grau de autonomia de Macau e dos direitos e liberdades que deviam ser protegidos até, pelo menos, 2049, prosseguiu em 2022.

O ano de 2022 foi marcado por rigorosas restrições sociais e de viagem relacionadas com a COVID-19 que isolaram Macau do resto do mundo. Em fevereiro, Macau simplificou as restrições de viagem impostas aos viajantes provenientes da China continental, a fim de permitir a recuperação de uma economia fortemente dependente do turismo chinês.

Em 2022, assistiu-se ainda a uma mudança drástica no ambiente do setor dos jogos, com o julgamento de Alvin Chau, presidente da maior empresa de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino («casino junkets»)¹, e a adoção de uma nova lei dos jogos de fortuna ou azar.

¹ No mundo dos casinos, o termo «junket» designa um programa de viagens de curta duração organizado por uma empresa de promotores de jogo para fins de angariação de jogadores com grandes fortunas para Macau, em larga medida provenientes da China continental.

A diversificação económica, a integração na Grande Região da Baía e o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin continuaram a ser as principais estratégias de desenvolvimento sob a orientação da administração central de Pequim.

Durante os três primeiros trimestres de 2022, o PIB de Macau caiu 27,8 % para 130 300 milhões de patacas macaenses (MOP) (15 600 milhões de EUR), ou seja, menos 61 % do que em 2019 (pré-pandemia). O mercado de trabalho resistiu sem problemas, e o Governo continuou a implementar medidas de apoio à população e às empresas no quadro da COVID-19.

As restrições de viagem relacionadas com a COVID-19, incluindo uma quarentena de duas semanas num hotel, continuaram a impedir os funcionários do Gabinete da UE de visitar Macau ou de aí realizar eventos, dificultando assim o seu trabalho e limitando o contacto com funcionários governamentais, a sociedade civil, as empresas e outras partes interessadas. As restrições de viagem também dificultaram o acesso consular dos Estados-Membros da UE para os cidadãos da UE em Macau e para os cidadãos portugueses em Hong Kong.

I. Evolução política, jurídica e social

Desde a desqualificação de 21 candidatos antes das eleições legislativas de 2021, a oposição deixou de estar representada na Assembleia Legislativa. Aquando da publicação do relatório de atividades da assembleia, o presidente declarou que a eficiência do órgão tinha «aumentado significativamente».

Em dezembro, Macau elegeu 12 delegados para a Assembleia Popular Nacional de um total de 15 candidatos. Nove dos delegados eleitos eram já antigos membros, incluindo o presidente da assembleia.

A **Associação de Advogados de Macau** elegeu como presidente Vong Hin Fai, membro da Assembleia Legislativa e da Assembleia Popular Nacional da China.

O **Gabinete Económico e Cultural de Taipé** em Macau prosseguiu as suas atividades. Em outubro, o ministro taiwanês do Conselho dos Assuntos Continentais confirmou que Macau tinha concedido uma prorrogação do prazo de visto aos três representantes de Taiwan na RAE, após um impasse diplomático relacionado com o pedido de Macau no sentido de os representantes assinarem um «compromisso para uma só China», reconhecendo

Taiwan como parte da China. Macau continua a gerir uma Delegação Económica e Cultural em Taiwan.

Em 10 de abril de 2022, o **Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa (Fórum Macau)** realizou uma conferência ministerial extraordinária sobre a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, proferiu o discurso de abertura em linha, no qual apelou para uma maior cooperação entre a China e os países de língua portuguesa e para a criação de um centro de comunicação sobre a prevenção de epidemias em Macau.

Impacto das políticas relacionadas com a COVID-19

Macau implementou a «**estratégia dinâmica COVID zero**» da China continental. Em janeiro, Macau impôs uma proibição de duas semanas aos voos de chegada de passageiros provenientes do exterior da China continental, após ter identificado três casos positivos entre os viajantes. Em 1 de setembro, Macau reabriu a sua fronteira ao mundo exterior, permitindo que os cidadãos de 41 nações entrassem no território sem autorização prévia das autoridades sanitárias, mantendo, no entanto, a quarentena em hotéis para os viajantes provenientes de fora da China continental. A duração da quarentena foi progressivamente reduzida de 21 dias, no início do ano, para cinco dias, no final do ano. Entre 11 e 23 de julho, foi aplicado um confinamento rigoroso. O Governo ordenou aos residentes que realizassem várias rondas de testes PCR e testes rápidos de antigénio ao longo das várias fases do surto local. Uma das campanhas de testes visava cidadãos estrangeiros específicos, em especial os filipinos, que são frequentemente empregados como trabalhadores domésticos².

O acesso consular não foi possível para os diplomatas em Hong Kong acreditados em Macau devido aos rigor dos requisitos de quarentena.

De acordo com o Serviço de Estatística e Censos, a população decaiu para 672 800 habitantes em 2022³. Tanto o número de trabalhadores não residentes como o número de cidadãos europeus residentes em Macau diminuíram.

Evolução legislativa

Registaram-se dois **desenvolvimentos legislativos principais em 2022**. O primeiro diz respeito à alteração à Lei dos jogos de fortuna ou azar⁴, que visa

² <https://www.thestandard.com.hk/breaking-news/section/3/192590/Macau%E2%80%99s-Covid-zero-plan-now-targets-city%E2%80%99s-Filipino-workers>.

³ <https://www.dsec.gov.mo/ts/#!/step2/KeyIndicator/pt-PT/240>.

aumentar o controlo das autoridades sobre as operações de casino e, em especial, sobre as empresas de promotores de jogo. O segundo foi a alteração da Lei relativa à defesa da segurança nacional, que ainda estava em curso no final do ano. O projeto aprovado em primeira leitura em dezembro indicava que a lei seria mais restritiva e alinhada pela lei de Hong Kong com o mesmo nome⁵.

O julgamento de grande visibilidade do magnata Alvin Chau, que explorava salas VIP em casinos, sublinhou a determinação das autoridades em reforçar o controlo do setor dos jogos. O tribunal condenou Chau por 162 acusações, incluindo a prática de jogos ilegais e de fraude, e condenou-o a 18 anos de prisão em janeiro de 2023. O segundo maior promotor de jogos, Levo Chan, foi igualmente sujeito a ação penal por fraude, branqueamento de capitais e gestão de uma organização criminosa⁶. Prevê-se que a economia de Macau se torne menos dependente das atividades de jogos de fortuna ou azar no contexto da luta da China contra a corrupção e o branqueamento de capitais.

No seu discurso político de novembro, o chefe do executivo, Ho Iat Seng, deu prioridade às questões sociais, citando o discurso de 1 de julho do secretário-geral, Xi Jinping, para assinalar o 100.º aniversário da fundação do Partido Comunista chinês. Anunciou que o Governo iria avançar com a quinta fase de um vasto sistema público de CCTV, conhecido por «rede celeste». Membros da sociedade civil e políticos pró-democracia manifestaram preocupação com o seu impacto potencial na privacidade e na utilização de tecnologias de reconhecimento facial. Em julho, o Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas reiterou estas preocupações⁷.

No discurso político, o chefe do executivo mencionou igualmente os planos de reforma do sistema eleitoral da Assembleia Legislativa em 2023, a fim de aplicar o princípio dos «patriotas a administrar Macau».

O chefe do executivo anunciou igualmente a adoção de uma **Lei Sindical**. Embora o direito de criar sindicatos estivesse consagrado na Lei Básica, Macau não dispunha de uma lei que legalizasse a sua criação. Em janeiro de 2023, a Assembleia Legislativa aprovou a proposta de lei em primeira leitura. A sociedade civil manifestou preocupação pelo facto de a legislação não incluir o direito à greve e não prever a negociação coletiva.

Segurança nacional

⁴ <https://www.al.gov.mo/pt/law/year/507>.

⁵ <https://www.al.gov.mo/pt/law/lawcase/553>.

⁶ <https://www.thestandard.com.hk/section-news/section/11/249158/18-years-in-jail-for-junket-king>.

⁷ https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=2572&Lang=en.

O Governo reforçou a ênfase na segurança nacional. Em 15 de dezembro, a Assembleia Legislativa aprovou, em primeira leitura, uma proposta de lei intitulada «**Alteração à Lei n.º 2/2009 — Lei relativa à defesa da segurança nacional**»⁸. Esta lei, aprovada pela primeira vez em 2009, proibiu a traição, a secessão, os atos de subversão contra o Governo Popular Central, a sedição, o roubo de segredos de Estado, as organizações políticas estrangeiras que põem em perigo a segurança nacional em Macau e as organizações políticas de Macau que conspiram com organizações políticas estrangeiras para pôr em perigo a segurança nacional.

Em agosto, aquando do lançamento da consulta, o secretário para a Segurança declarou que a alteração permitiria à lei salvaguardar a segurança nacional na mesma medida que as leis da China continental e de Hong Kong. O documento da consulta referia que, no que diz respeito à defesa da segurança nacional, há apenas a responsabilidade em relação ao princípio de «um país», sem distinção entre «dois sistemas».

A lei alterada alarga o âmbito das infrações existentes. O crime de secessão inclui agora ações «não violentas» e não apenas «ações violentas e outras ações ilegais graves». Os atos de subversão agora abrangem todo o regime estatal. O roubo de segredos de Estado pode ser objeto de sanções mais severas se as informações puserem em perigo a independência, a unidade e os interesses de segurança do país. O âmbito da acusação de colusão foi alargado à colusão com quaisquer organizações, associações e pessoas singulares fora de Macau. A alteração criou novas infrações, como a «instigação ou apoio à sedição», que visam a liberdade de expressão em contextos privados. As «medidas cautelares» da lei autorizam a interceção de comunicações pessoais e a imposição de proibições temporárias de saída a pessoas que «manifestem tendência para cometer um crime suscetível de pôr em perigo a segurança nacional». Tal vai além das disposições incluídas na Lei de Segurança Nacional de Hong Kong.

A Associação de Advogados de Macau e a Associação de Sinergia de Macau salientaram que não era possível formular observações sobre as cláusulas de alteração específicas, uma vez que o documento de consulta não as enumerava. **A Associação de Jornalistas de Macau** manifestou preocupação pelo facto de o âmbito das várias infrações ter sido alargado sem definições jurídicas claras. A associação salientou que o crime de subversão poderia ser utilizado como meio para restringir a liberdade de expressão e perguntou se o Governo emitiria orientações.

Direitos, liberdades e igualdade de oportunidades

⁸ <https://www.al.gov.mo/pt/law/lawcase/553>.

Em julho, na sua revisão periódica de Macau no âmbito do **Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos**, o **Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas** manifestou a sua preocupação com a proibição das reuniões pacíficas, a falta de proteção dos direitos dos migrantes e os critérios de elegibilidade para a Assembleia Legislativa⁹.

O Comité observou que o sistema judiciário de Macau parece ter interpretado incorretamente o pacto e introduzido restrições excessivamente amplas ao direito à liberdade de expressão e à participação nos assuntos públicos. Instou Macau a «intensificar esforços para sensibilizar os juizes, os procuradores, os profissionais do direito e o público em geral para os direitos consagrados no pacto e para a sua aplicabilidade nos termos do direito local».

A **liberdade de reunião** continuou a estar em risco. Em 2020 e 2021, as autoridades rejeitaram o pedido da União para o Desenvolvimento da Democracia (DDU) para organizar vigílias à luz de velas, em 4 de junho, a fim de comemorar o aniversário do massacre de Tiananmen em 1989, invocando a COVID-19 como motivo em 2020 e a possibilidade de «prejudicar a reputação da administração central» em 2021. Em 2022, a DDU decidiu não solicitar uma autorização para organizar uma vigília à luz de velas em 4 de junho por receio de expor os participantes a um maior risco de detenção.

Liberdade de associação. O Governo deu início ao procedimento de adoção de uma Lei Sindical, que, porém, não inclui o direito à greve ou à negociação coletiva. Em 12 de junho, foi publicado o relatório sobre a consulta de 45 dias realizada em 2021¹⁰, que referia que algumas das observações destacavam a ausência do direito à greve na lei proposta. Em resposta, o Governo afirmou que a lei introduziria um sistema «completamente novo» que os empregadores e os trabalhadores deveriam adotar «gradualmente».

A **liberdade de imprensa** permaneceu sob pressão, uma vez que a associação de jornalistas, a Associação de Imprensa em Português e Inglês de Macau, outrora sempre pronta a fazer-se ouvir, elegeu um novo conselho que se comprometeu a trabalhar com o Governo e a obter mais financiamento do Gabinete de Comunicação Social.

A **privacidade** e a proteção de dados constituíram uma fonte de preocupação. No contexto da luta contra a COVID-19, as autoridades implementaram um

⁹ https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CCPR%2FC%2FCHN-MAC%2FCO%2F2&Lang=en.

¹⁰ <https://www.gov.mo/pt/consulta-de-politicas/consulta-publica-sobre-a-lei-sindical/>.

sistema de rastreio de aplicações que envolvem a instalação de *software* para a geolocalização e a recolha de dados pessoais.

O **sistema jurídico alterado que rege a interceção e a proteção das comunicações** autoriza a polícia a interceptar telecomunicações em casos de suspeita de crimes como o terrorismo, crimes que ponham em perigo a segurança nacional ou a cibercriminalidade. Em determinadas circunstâncias, a polícia pode solicitar registos telefónicos aos operadores de telecomunicações sem autorização prévia de um juiz. A partir de agosto de 2023, os operadores de telecomunicações serão punidos se não fornecerem dados a pedido das agências governamentais.

Há cerca de 23 543 **trabalhadores domésticos não residentes** em Macau, na sua maioria mulheres originárias das Filipinas, do Vietname, da Indonésia, de Mianmar e do Nepal. Em 2022, as restrições de viagem relacionadas com a pandemia impediram-nas de se reunirem com as famílias no estrangeiro. De acordo com os sindicatos dos trabalhadores domésticos, houve casos em que os trabalhadores domésticos não foram remunerados e em que perderam o emprego por receio de contaminação. Os empregadores não tinham de subscrever um seguro de saúde para os trabalhadores domésticos. Continuou a não haver um contrato-tipo nem um rendimento mínimo, uma vez que a Lei relativa ao salário mínimo dos trabalhadores não se aplica aos trabalhadores domésticos estrangeiros. As agências de recrutamento continuaram a cobrar aos trabalhadores domésticos comissões dispendiosas, frequentemente equivalentes a dois meses de salário.

Houve casos de **discriminação contra minorias étnicas**. Em 21 de julho, o Governo ordenou a todos os nacionais filipinos, incluindo os residentes em Macau, que se submetessem a três dias consecutivos de testes de ácidos nucleicos, de 22 a 24 de julho, no contexto da luta contra a COVID-19. O Governo levantou a medida depois de o Sindicato Progressista dos Trabalhadores Domésticos ter manifestado preocupações quanto à discriminação. Esta foi a segunda ronda de testes com base na nacionalidade em 2022, após uma orientação semelhante dirigida a cidadãos de Mianmar em junho.

O Departamento de Estado dos EUA incluiu Macau na sua lista de **tráfico de seres humanos** «de nível 3», alegando que «pelo terceiro ano consecutivo, o Governo não prestou serviços a nenhuma vítima nem deu início a ações penais por tráfico»¹¹.

¹¹ <https://www.state.gov/reports/2022-trafficking-in-persons-report/macau/>.

Não houve diálogo social com a **comunidade LGBTIQ+** e o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é reconhecido. Consequentemente, os membros da comunidade LGBTIQ+ não gozam dos mesmos direitos legais que os outros indivíduos, nomeadamente no domínio do direito parental e do direito sucessório. As pessoas transexuais não estão autorizadas a alterar o género nos bilhetes de identidade.

Os profissionais de saúde ainda não dispunham de informações suficientes sobre as necessidades dos doentes LGBTIQ+. A Associação Arco-íris de Macau instou o Governo a criar serviços de saúde especializados e a afetar pessoal médico para prestar aconselhamento, serviços de diagnóstico e tratamento adequados à disforia de género.

II. Evolução económica

Nos primeiros três trimestres de 2022, o PIB de Macau diminuiu 27,8 % em termos homólogos¹², passando para 130 300 milhões de MOP (15 600 milhões de EUR)¹³. Este valor foi 61 % inferior ao de 2019 (330 000 milhões de MOP/39 600 milhões de EUR), o que **mostra até que ponto** a economia de Macau foi afetada pelas restrições relacionadas com a pandemia.

Em outubro, o FMI previa uma contração da economia de Macau de 22,4 % em 2022, em comparação com uma taxa de crescimento de 15,5 % prevista em abril¹⁴. Em 2021, o PIB de Macau aumentou 18 % (após uma contração de 56,3 % em 2020).

O número reduzido das **chegadas de turistas** teve um impacto significativo na economia. Em 2022, 5,7 milhões de turistas visitaram a cidade, menos de 15 % do número no mesmo período em 2019 (39,4 milhões). As exportações de serviços de jogo¹⁵ representavam antes cerca de metade do PIB de Macau. No entanto, devido à redução do turismo, estas exportações atingiram apenas 24 800 milhões de MOP (3000 milhões de EUR) nos três primeiros trimestres de 2022, o que representa uma queda de 54,5 % em termos homólogos, ou apenas 13,7 % do valor registado no mesmo período em 2019 (181 000 milhões de MOP/21 700 milhões de EUR). A taxa média de ocupação hoteleira foi de apenas 38,5 % durante o ano, em comparação com 50 % em 2021 e 91 % em 2019.

¹² Fonte: Direção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAE), disponível em: <https://www.dsec.gov.mo/pt-PT/>.

¹³ Convertido em euros com base na taxa de câmbio InforEuro de dezembro de 2021.

¹⁴ *Recovery during a pandemic: health concerns, supply disruptions, and price pressures* (não traduzido para português), outubro de 2021, <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/10/12/world-economic-outlook-october-2021>.

¹⁵ As exportações de serviços de jogo são aferidas como despesas consagradas pelos não residentes ao jogo.

O mercado de trabalho resistiu bem neste difícil clima económico, com uma taxa de desemprego de 3,5 % no final do ano, em comparação com 1,7 % antes da pandemia.

A **inflação** manteve-se baixa, com um aumento médio do índice composto de preços no consumidor de 1,0 %.

O nível reduzido da atividade económica resultou numa **diminuição das receitas orçamentais**, enquanto as despesas públicas aumentaram. O Governo teve de recorrer às reservas orçamentais para financiar as despesas. As reservas de capital diminuíram para 563 mil milhões de MOP (67 500 milhões de EUR) em novembro, o que representa uma diminuição de 12,2 % em termos homólogos. No entanto, continuam a ser suficientes para cobrir uma estimativa de seis anos de despesas públicas aos níveis de 2022.

Em 2021, o volume de *stocks* de investimentos estrangeiros atingiu 334 mil milhões de MOP (40 000 milhões de EUR), em comparação com 297 mil milhões de MOP (35 600 milhões de EUR) em 2020. A maior fonte de investimentos foi Hong Kong, representando 49 %, seguida da China continental, com 34 % (excluindo os investimentos de centros *offshore*).

Política económica

O discurso político anual do chefe do executivo descreveu as políticas económicas a aplicar em 2023. No plano económico, as prioridades são acelerar a recuperação, relançar os setores do turismo e dos jogos, aumentar o investimento em infraestruturas e na habitação e prosseguir a estratégia de diversificação económica.

Em consonância com o 14.º Plano Quinquenal da China para 2021-2025, o chefe do executivo sublinhou a necessidade de uma maior integração de Macau nas políticas nacionais, em especial nas políticas relativas à zona de Hengqin e à Grande Região da Baía. Anunciou a aceleração da construção de infraestruturas, incluindo novas áreas de desenvolvimento, ligações ferroviárias e rodoviárias, habitações, projetos de reciclagem e obras de drenagem de água.

O apoio à economia, que tinha sido afetada por restrições durante a pandemia, continuou a ser uma prioridade fundamental. O Governo prolongou as medidas de apoio financeiro devido à COVID-19 para os agregados familiares e as empresas (incluindo desagravamentos fiscais e várias isenções de encargos para as pessoas e as empresas, reduções dos alugueres e um plano de formação subvencionado).

Os residentes continuaram a beneficiar do regime de partilha de riqueza introduzido em 2008 para partilhar as vantagens do desenvolvimento económico com os residentes. Os residentes permanentes receberam 10 000 MOP (1 199 EUR) e os residentes não permanentes receberam 6 000 MOP (719 EUR). No seu discurso político, o chefe do executivo anunciou que os residentes receberiam o mesmo montante em 2023, bem como um subsídio de consumo excepcional de 10 000 MOP por mais um ano. O discurso político introduziu igualmente um regime temporário de subsídios ao emprego para os empregadores que recrutam residentes locais desempregados. Os trabalhadores domésticos migrantes não estão incluídos no regime de partilha de riqueza.

Em junho de 2022, a Assembleia Legislativa adotou a **versão alterada da Lei dos jogos de fortuna ou azar**, reforçando assim as regras de exploração dos casinos. A lei alterada autoriza o chefe do executivo a rescindir um contrato de concessão de casino por motivos de ameaça à segurança nacional. Estabelece igualmente novos objetivos políticos de prevenção dos fluxos transfronteiriços ilegais de capitais e de luta contra o branqueamento de capitais em relação às atividades de jogos de fortuna ou azar, dando assim resposta às preocupações da administração central. A lei promove igualmente a diversificação económica, uma vez que os operadores de jogos são obrigados a apresentar planos de investimento destinados a diversificar a economia. A lei alterada reduziu para metade (ou seja, dez anos) a duração das concessões de casinos; limitou o número de mesas e máquinas de jogo eletrónicas; e proibiu as subconcessões. Os concessionários de casinos devem submeter-se a uma análise do desempenho de três em três anos. A lei aumentou o imposto sobre os jogos em 1 % (para 40 %) e introduziu um prémio anual mínimo. O capital social mínimo a deter pelos diretores executivos dos casinos (que devem ser residentes permanentes em Macau) foi aumentado de 10 % para 15 %.

A lei alterada reforçou as regras relativas às **atividades de promoção dos jogos de fortuna ou azar**. Os promotores só podem prestar serviços a um concessionário de casino, ao passo que os acordos de partilha de receitas entre promotores e casinos já não são permitidos. A Assembleia Legislativa prosseguiu uma intenção semelhante quando adotou, em dezembro, o «Regime de exploração de jogos de fortuna ou azar». De acordo com as estimativas do Governo, esta lei, também designada por «Lei das atividades de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino», resultou numa diminuição significativa de cerca de 80 % nas atividades neste domínio.

As **concessões de jogos** caducaram no final de 2022. O Governo lançou um concurso público para adjudicar os novos contratos de concessão em conformidade com a versão alterada da Lei dos jogos de fortuna ou azar. As

novas concessões tiveram início em janeiro de 2023 e terão uma duração de dez anos. Os seis operadores estabelecidos mantiveram as suas concessões. Um sétimo proponente, uma unidade do conglomerado mundial de jogos Genting Malaysia, foi rejeitado no processo de concurso. Foi exigido a cada operador que apresentasse um plano de investimento para um montante total estimado de 120 mil milhões de MOP (14 400 milhões de EUR), incluindo a promoção de atividades não relacionadas com os jogos, em conformidade com a estratégia de diversificação.

A **estratégia de diversificação económica** visa o desenvolvimento de setores como o do turismo não ligado ao jogo, dos congressos e exposições, da saúde (incluindo a medicina tradicional chinesa) e dos serviços financeiros, bem como da ciência e da tecnologia. Apesar de uma diminuição nos últimos anos, o setor do jogo continuou a representar cerca de metade do PIB pré-COVID da cidade. No seu discurso político, o chefe do executivo, Ho Iat Seng, comprometeu-se a aumentar a contribuição dos setores não relacionados com o jogo para 60 % do PIB.

Em matéria de **serviços financeiros**, as autoridades procuram desenvolver um mercado obrigacionista local (incluindo obrigações verdes e cotações de obrigações por instituições e empresas continentais), atividades de gestão de património e de locação financeira, a banca de investimento e liquidações transfronteiras em renmimbi. Para o efeito, o Governo está a reformular o quadro jurídico do sistema financeiro local e a desenvolver as infraestruturas dos mercados financeiros de Macau. A Assembleia Legislativa adotou uma nova lei fiduciária a fim de proporcionar às instituições públicas e financeiras modelos de transferência imobiliária, planeamento patrimonial e soluções financeiras e de seguros diversificadas. Em dezembro de 2022, tinham sido emitidos 13 títulos de dívida na central de valores mobiliários de Macau, em grande parte por bancos e entidades governamentais da China continental.

Desde o seu lançamento, em 2018, o total das cotações de obrigações na Chongwa (Macao) Financial Assets Transaction, S.A. (MOX) — a plataforma de Macau para a cotação e negociação de obrigações — ascendeu, segundo os seus representantes, a 350 mil milhões de MOP (41 900 milhões de EUR). Em março de 2022, a MOX e a Bolsa de Valores do Luxemburgo assinaram um acordo de cooperação, na sequência de um memorando de entendimento assinado em janeiro de 2020, que se centra em tornar os valores mobiliários cotados na MOX mais visíveis para os investidores internacionais.

Integração económica na China continental

Visto que a maioria das restrições devidas à pandemia tinham sido levantadas até ao final do ano, Macau pretendia reconquistar a sua posição como centro de turismo e de lazer e como polo para as empresas e os serviços financeiros, nomeadamente entre a China continental e os países de língua portuguesa.

Em setembro de 2022, as províncias de Macau e Guangdong acordaram em reforçar a cooperação em matéria de supervisão dos dispositivos médicos, segurança social e serviços governamentais, educação e inovação.

A **Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau** é um território de cerca de 100 quilómetros quadrados situado em Hengqin, na China continental, administrado conjuntamente por Guangdong e Macau¹⁶, cujo objetivo é permitir a diversificação económica de Macau e aprofundar a integração económica e jurídica na China continental, em conformidade com as prioridades do 14.º Plano Quinquenal da China acima descritas.

A integração de Macau na China continental recebeu um impulso significativo em dezembro, quando a administração central anunciou que os veículos não comerciais de Macau seriam autorizados a entrar na província de Guangdong a partir de 1 de janeiro de 2023, ao abrigo da política designada por «Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong».

III. Relações entre Macau e a China continental

Na sequência do 20.º Congresso do Partido Comunista da China, em outubro, o chefe do executivo, Ho Iat Seng, solicitou a diferentes setores da sociedade local que estudassem «o espírito do 20.º Congresso Nacional»¹⁷.

O chefe do executivo reuniu-se com o presidente, Xi Jinping, em duas ocasiões em 2022: à margem das celebrações do 25.º aniversário da transferência de Hong Kong para a China e por ocasião de uma visita em serviço a Pequim.

Em 2022, ocorreram mudanças significativas de pessoal. Em março, a administração central nomeou Fu Ziying, antigo diretor do Gabinete de Ligação do Governo Popular Central, como Conselheiro para os Assuntos de Segurança Nacional do Comité para a Proteção da Segurança Nacional em Macau. Em maio, o antigo vice-governador da província de Fujian e diretor adjunto do Gabinete de Ligação, Zheng Xincong, foi nomeado Chefe do Gabinete de Ligação e Conselheiro para os Assuntos de Segurança Nacional.

¹⁶ A zona de cooperação de Hengqin situa-se na margem sul da cidade chinesa continental de Zhuhai. Apenas uma faixa de água separa a zona de Macau e uma ponte liga as duas zonas.

¹⁷ <https://macaudailytimes.com.mo/ho-iat-seng-to-fully-implement-spirit-of-national-congress-report.html>.

IV. Relações bilaterais e cooperação entre a UE e Macau em 2022

O Acordo Comercial e de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e Macau, de 1992, visava reforçar ainda mais as relações entre a UE e Macau. Abrange a cooperação em matéria de comércio, economia, ciência e tecnologia.

O Comité Misto UE-Macau é uma plataforma de diálogo entre Macau e a UE em vários domínios. A 23.^a **reunião do Comité Misto** teve lugar em 2019, mas não se realizaram reuniões subsequentes, não obstante as manifestações de interesse da UE nesse sentido.

Nos primeiros 11 meses de 2022, **a UE tornou-se o maior parceiro comercial de Macau em termos de mercadorias, ultrapassando a China continental**, e representou 30 % do comércio total da RAE nesse período. O comércio bilateral UE-Macau é quase exclusivamente (mais de 95 %) composto por exportações para a UE, sendo cerca de 33 % das importações de Macau originárias da UE.

Com base nos dados do Eurostat, **o comércio bilateral de mercadorias da UE com Macau**, nos primeiros 11 meses de 2022, correspondeu a 1 147 milhões de EUR (um aumento de menos 1 % em relação a 2021). As exportações da UE para Macau, que consistiram principalmente em artigos de luxo, artigos de couro, vestuário, bem como relógios e joias, ascenderam a 1 100 milhões de EUR e resultaram num excedente comercial de 1 053 milhões de EUR.

A UE continuou a ser a quarta maior fonte de investimento estrangeiro de Macau em 2021 (excluindo os centros financeiros *offshore*), a seguir a Hong Kong, à China continental e aos EUA. Segundo as estatísticas oficiais macaenses, a UE representou 5,8 % do volume total de *stock* de investimento direto estrangeiro (IDE) em 2021 (excluindo os centros financeiros *offshore*). Portugal representou, por si só, 88 % do investimento da UE na RAE. De acordo com o Eurostat, o *stock* de IDE da UE em Macau representou 1 420 milhões de EUR no final desse ano¹⁸, enquanto o *stock* de IDE de Macau na UE ascendeu a 1 850 milhões de EUR.

¹⁸ https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/BOP_FDI6_GEO__custom_6643309/default/table?lang=en.